

**1º SIMULADO**

**T C D F**

**PROVA OBJETIVA**



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## Simulado TC-DF

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TC-DF;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TC-DF-29-02-20>**

01 – C E	31 – C E	61 – C E	91 – C E	121 – C E
02 – C E	32 – C E	62 – C E	92 – C E	122 – C E
03 – C E	33 – C E	63 – C E	93 – C E	123 – C E
04 – C E	34 – C E	64 – C E	94 – C E	124 – C E
05 – C E	35 – C E	65 – C E	95 – C E	125 – C E
06 – C E	36 – C E	66 – C E	96 – C E	126 – C E
07 – C E	37 – C E	67 – C E	97 – C E	127 – C E
08 – C E	38 – C E	68 – C E	98 – C E	128 – C E
09 – C E	39 – C E	69 – C E	99 – C E	129 – C E
10 – C E	40 – C E	70 – C E	100 – C E	130 – C E
11 – C E	41 – C E	71 – C E	101 – C E	131 – C E
12 – C E	42 – C E	72 – C E	102 – C E	132 – C E
13 – C E	43 – C E	73 – C E	103 – C E	133 – C E
14 – C E	44 – C E	74 – C E	104 – C E	134 – C E
15 – C E	45 – C E	75 – C E	105 – C E	135 – C E
16 – C E	46 – C E	76 – C E	106 – C E	136 – C E
17 – C E	47 – C E	77 – C E	107 – C E	137 – C E
18 – C E	48 – C E	78 – C E	108 – C E	138 – C E
19 – C E	49 – C E	79 – C E	109 – C E	139 – C E
20 – C E	50 – C E	80 – C E	110 – C E	140 – C E
21 – C E	51 – C E	81 – C E	111 – C E	141 – C E
22 – C E	52 – C E	82 – C E	112 – C E	142 – C E
23 – C E	53 – C E	83 – C E	113 – C E	143 – C E
24 – C E	54 – C E	84 – C E	114 – C E	144 – C E
25 – C E	55 – C E	85 – C E	115 – C E	145 – C E
26 – C E	56 – C E	86 – C E	116 – C E	146 – C E
27 – C E	57 – C E	87 – C E	117 – C E	147 – C E
28 – C E	58 – C E	88 – C E	118 – C E	148 – C E
29 – C E	59 – C E	89 – C E	119 – C E	149 – C E
30 – C E	60 – C E	90 – C E	120 – C E	150 – C E

**PORTUGUÊS****TEXTO I**

Cada vez mais as pessoas estão pedindo afastamento do trabalho por causa de problemas emocionais. No Estado de São Paulo, segundo dados da Secretaria de Previdência, em 2017 foram 48 pedidos de auxílio doença por este motivo. Já no ano passado esse número subiu pra 73.

Uma das doenças que causam esses afastamentos é a síndrome de burnout. Também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, a patologia foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em maio como uma doença resultante de estresse crônico no trabalho.

Uma psicóloga de Mogi das Cruzes que preferiu não se identificar trata a síndrome de burnout há dois anos. “Muita dor de cabeça, muitos enjoos, uma falta de ar que não me largava, vontade de chorar o tempo inteiro. Uma exigência do trabalho muito grande. Eu deixei de conviver com as pessoas que eu convivia. Eu me afastei do ambiente social e só pensava em trabalhar”, relata. Foram seis meses até chegar ao diagnóstico. “Não foi de primeira. Quem trabalha com a saúde mental diariamente, a gente sente, né? A gente percebe os sintomas nas pessoas e muitas vezes é difícil para gente poder detectar na gente. Mas, com o auxílio da minha psicóloga pessoal, a gente detectou e já passamos com o tratamento com o psiquiatra em conjunto”, explica a psicóloga. Grande parte dos casos fica sem diagnóstico.

<https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes/suzano/noticia/2019/08/07/especialistas-orientam-sobre-a-sindrome-de-burnout.ghtml>

Considerando os elementos linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Segundo o texto, em São Paulo houve 48 pedidos de auxílio doença por razão da síndrome de burnout.
02. No último parágrafo, a psicóloga menciona os sintomas que vê nos pacientes com síndrome de Burnout que trata em seu consultório em Mogi das Cruzes.
03. No último parágrafo, verifica-se a ocorrência de uma pergunta retórica.
04. Não causaria prejuízo gramatical ou alteração semântica a substituição de “ao” por “no” no segmento “Foram seis meses até chegar ao diagnóstico” (3º parágrafo).
05. O uso do artigo indefinido em “uma psicóloga” (3º parágrafo) é coerente com a informação de que esta preferiu não se identificar.

06. O deslocamento da expressão “muitas vezes” (3º parágrafo) para imediatamente antes da forma verbal “percebe” não afetaria as relações semânticas originais do texto.

07. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “Cada vez mais as pessoas estão pedindo afastamento do trabalho por causa de problemas emocionais.” (1º parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Em virtude de problemas emocionais, cada vez mais as pessoas pedem afastamento do trabalho.**

08. A substituição da forma verbal “fica” (4º parágrafo) por **ficam** manteria a correção gramatical do texto.

09. Segundo as regras ortográficas vigentes, a forma “enjoo” poderia facultativamente ser acentuada—**enjôo**.

10. A preposição “até” (3º parágrafo) indica noção de limite.

**CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL**

Com relação à transferência da capital brasileira e à construção de Brasília, julgue os itens subsecutivos.

11. O ideário de transferência da capital do Brasil era antigo e datava do período colonial, sendo que defensores da construção de uma nova capital utilizavam argumentos relativos à segurança nacional e à interiorização do desenvolvimento e do povoamento do Brasil.
12. No período da história do Brasil, conhecido como Era Vargas, foi criada a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, presidida pelo general Djalma Polli Coelho. A partir de então, começou o processo de se colocar em prática a transferência da capital para o Planalto Central do país.
13. A construção de Brasília atraiu imigrantes em busca de trabalho, em virtude da necessidade de mão de obra para sua realização. Após sua inauguração, em 1960, nas décadas seguintes, ocorreu um rápido processo de ocupação da região do entorno do Distrito Federal e dos municípios próximos à capital federal.

## LODF

14. O Distrito Federal possui autonomia política e administrativa, mas não financeira.

15. O Distrito Federal integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como um de seus objetivos prioritários a preservação de sua autonomia como unidade federativa.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca do controle da administração pública e sobre as fontes do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

16. O denominado controle parlamentar direto possibilita o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, por competência do Poder Legislativo, mas dependerá do auxílio do Tribunal de Contas, por meio do parecer prévio.

17. As decisões judiciais com efeitos vinculantes, a exemplo da edição das súmulas vinculantes, assim como as decisões com eficácia *erga omnes* em controle concentrado de constitucionalidade configuram fontes principais do direito administrativo.

Acerca dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade civil do Estado, julgue a assertiva a seguir.

18. Segundo o Supremo Tribunal Federal, são prescritíveis as ações de reparação de danos à fazenda pública decorrentes de conduta dolosa tipificada na Lei de Improbidade Administrativa.

19. A obrigação de ressarcir os cofres públicos mediante ação de regresso é transmissível aos sucessores do agente causador do dano, independentemente do valor efetivamente recebido por herança.

A respeito da organização administrativa, empresas estatais e organizações da sociedade civil, julgue as assertivas a seguir.

20. Em atenção ao princípio da transparência, as empresas estatais se submetem à necessidade de divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas e a dados econômico-financeiros, bem como à descrição da composição e da remuneração da administração.

21. As organizações da sociedade civil devem divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, exceto as informações relativas ao valor total da parceria e valores liberados, em qualquer caso.

Sobre os serviços públicos prestados mediante regime de concessão, permissão e sobre as parcerias público-privadas, julgue os itens a seguir.

22. A caducidade do contrato de concessão, quando comprovada a inadimplência, será declarada por decreto, ficando o poder concedente dispensado do pagamento de indenização prévia, situação que não resultará para o poder público qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

23. Nos contratos de parceria público-privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, tendo a administração pública como titular da maioria do capital votante.

A respeito da Lei Complementar nº 840/2011, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

24. O Tribunal de Contas dispõe de competência para julgar o processo disciplinar e aplicar sanção disciplinar aos seus próprios servidores públicos.

25. **Situação hipotética:** Jonas é servidor do TCDF e retirou, sem prévia anuência de sua chefia imediata, documentos relativos a trabalhos realizados pelo Tribunal. **Assertiva:** a conduta de Jonas é passível de punição, mas a ação disciplinar prescreverá no prazo de cento e oitenta dias, a correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata de Jonas, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar.



## DIREITO CONSTITUCIONAL

No que diz respeito ao sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, julgue a afirmação que se segue:

**26.** Em regra, no Brasil, não se admite a inconstitucionalidade superveniente, exceto pela possibilidade de norma infraconstitucional, originariamente hígida, vir a ser considerada inconstitucional no âmbito de ADI, ao ser confrontada com eventual Emenda Constitucional.

Julgue as assertivas abaixo, considerando o que determina a CF/88 e a jurisprudência acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos:

**27.** Segundo o STF, o mandado de segurança coletivo não pode ser utilizado como substituto da ação popular, razão pela qual os direitos tutelados pelo referido remédio constitucional restringem-se aos individuais homogêneos, não alcançando os direitos coletivos e difusos.

**28.** O TCU não pode solicitar o repasse de informações relativas a operações de crédito originárias de recursos públicos, uma vez que o entendimento da Suprema Corte é no sentido de que o órgão de controle externo não possui autorização para a quebra de sigilo bancário.

No tocante à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item subsequente:

**29.** O Distrito Federal, enquanto ente federado atípico com autonomia parcialmente tutelada pela União, não dispõe, a rigor, de Poder Judiciário e Ministério Público próprios, uma vez que tais órgãos são organizados e mantidos pela União Federal.

Analisando-se as disposições constitucionais atinentes à Administração Pública, julgue o que se segue:

**30.** Atualmente, embora a CF/88 tenha estabelecido a vinculação obrigatória dos detentores de mandato eletivo ao Regime Geral de Previdência Social, caso se trate de afastamento de servidor efetivo segurado do Regime Próprio, eleito para o exercício de cargo no Poder Executivo ou Legislativo, permanecerá ele filiado ao regime de origem.

Julgue os próximos itens, a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas:

**31.** Segundo o STF, é constitucional a atribuição aos Tribunais de Contas estaduais, de competência para homologação dos cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios, por violação ao princípio da separação de poderes.

**32.** Em homenagem ao princípio da simetria, os Conselheiros das Cortes Estaduais de Contas possuem as mesmas garantias, impedimentos e vantagens dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça, já que aos ministros do TCU estendem-se as mesmas prerrogativas dos Ministros do STJ.

Julgue o que se segue, com base nas normas direcionadas ao Poder Legislativo, presentes na Constituição Federal:

**33.** Deputados e Senadores poderão ser processados criminalmente sem a necessidade de prévia autorização da Casa Legislativa respectiva que, no entanto, poderá sustar o andamento da ação em trâmite no STF, desde que o crime tenha sido cometido em razão da função e após a diplomação.

Julgue o item que se segue, com base nas regras atinentes ao procedimento previsto na Constituição Federal para a reforma de seu texto:

**34.** Em respeito à separação dos poderes, ao Poder Judiciário é permitido realizar apenas o controle repressivo de constitucionalidade das Emendas Constitucionais, já que não se pode impedir que propostas legislativas sejam levadas à deliberação parlamentar.

Em relação às Funções Essenciais à Justiça, julgue a próxima afirmação, a partir do que dispõe nossa atual Constituição:

**35.** Os Ministérios Públicos que atuam junto aos Tribunais de Contas não serão fiscalizados pelo CNMP, uma vez que não integram a estrutura organizacional do Ministério Público.

---

**DIREITO CIVIL**

---

**36.** Acerca dos direitos da personalidade, julgue o item a seguir:

A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida. Por sua vez, o início da personalidade civil das pessoas jurídicas de direito privado ocorre com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessário.

**37.** Acerca dos negócios jurídicos julgue o item a seguir:

Mauro comprou de Pedro uma casa, cuja venda fora anunciada por este em jornal, e em razão dessa venda, Pedro ficou sem patrimônio para garantir o pagamento de suas dívidas. Nessa situação, o negócio jurídico celebrado entre ambos é anulável por fraude contra credores, desde que seja provada a intenção de burlar o mandamento legal.

**38.** A respeito do direito das obrigações, julgue o item a seguir:

A cobrança de encargos e parcelas abusivas não impede a caracterização da mora do devedor, que deverá realizar o pagamento e reclamar, posteriormente, indenização por perdas e danos.

**39.** Com relação aos contratos de locações de imóveis urbanos, julgue o item:

Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, ainda que a locação seja por tempo determinado e o contrato contenha cláusula de vigência em caso de alienação e esteja averbado junto à matrícula do imóvel.

**40.** Com relação à responsabilidade civil, julgue o item:

A legitimidade para pleitear a reparação por danos morais é, em regra, do próprio ofendido, no entanto, em certas situações, são colegitimadas também aquelas pessoas que, sendo muito próximas afetivamente à vítima, são atingidas indiretamente pelo evento danoso, reconhecendo-se, em tais casos, o chamado dano moral reflexo ou em ricochete.

**41.** No que se refere ao casamento, julgue o item:

Deve ser reconhecido o direito à meação dos valores depositados em conta vinculada ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS auferidos durante a constância da união estável ou do casamento celebrado sob o regime da comunhão parcial ou universal de bens, ainda que não sejam sacados imediatamente após a separação do casal ou

que tenham sido utilizados para aquisição de imóvel pelo casal durante a vigência da relação.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

A respeito da disciplina de Direito Processual Civil, julgue os itens seguintes.

**42.** O Código de Processo Civil de 2015 inovou ao prever que o processo começa sempre por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial.

**43.** A dignidade da pessoa humana, além de princípio constitucional, passou a ser prevista como objeto de proteção e promoção infraconstitucional, inclusive em sede processual.

**44.** Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. A sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz põe fim ao processo.

**45.** Para que seja concedido o mandado de segurança, além da proteção do direito líquido e certo, a lei exige que outros instrumentos de proteção de direitos e garantias fundamentais não sejam cabíveis ao caso concreto. Percebe-se, portanto, que há um caráter residual no cabimento do remédio constitucional.

**46.** A ação popular, regulamentada pela Lei nº 4.717/65, poderá ser proposta por qualquer nacional visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe. Consideram-se patrimônio público os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.

**47.** A ação civil pública deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano e trata-se de hipótese de competência absoluta. Após a sua propositura, a ação popular restará prejudicada.

---

**DIREITO PENAL**

---

**48.** Sobre a lei penal no tempo, julgue o item a seguir: A lei penal nova mais gravosa se aplica ao crime permanente, caso sua vigência seja anterior à cessação da atividade criminosa.

**49.** Sobre a imputabilidade penal, julgue o item a seguir:

Se o agente, ao tempo da conduta, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento, deverá ser considerado inimputável e, portanto, isento de pena.

50. Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

A falsificação material de livros mercantis configura crime de falsificação de documento particular, nos termos do Código Penal.

**Texto-base para os itens 51 a 53:**

José, servidor do Tribunal de Contas do DF, subtraiu um notebook pertencente ao órgão público. Segundo consta, José teria se aproveitado de sua qualidade de servidor para ingressar no prédio à noite, fora do horário normal de expediente, e então poder subtrair o bem mais facilmente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

51. Assertiva: Ainda que o valor do prejuízo causado seja inferior a um salário mínimo, será incabível a aplicação do princípio da insignificância.

52. Assertiva: A reparação do dano por José não gera extinção da punibilidade, mas pode gerar redução de pena de um a dois terços.

53. Assertiva: José deverá responder pelo crime de peculato-apropriação.

### ESTATÍSTICA

Com relação à Teoria da Amostragem, julgue o item a seguir.

54. Ricardo Vale encomendou uma pesquisa entre os alunos do Estratégia. Ele recomendou que a população de alunos fosse dividida em conjuntos disjuntos de acordo com intervalos de idade e que fossem realizadas amostras aleatórias simples em cada um desses conjuntos. Esse tipo de amostragem é denominado Amostragem por Conglomerados.

O Estratégia realizou uma pesquisa para monitorar a qualidade de um serviço realizado por um de seus professores. Os possíveis valores para o indicador  $X$ , que é a variável em estudo, são elementos do conjunto  $\{1, 2, 3, 4, 5\}$ . Uma amostra aleatória de cinco alunos apontou os seguintes indicadores: 4, 4, 3, 4, 5. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

55. A variância amostral foi igual a 0,4.

56. O primeiro quartil é inferior a 4.

O professor Alberto Kovarik, com o intuito de estudar os resultados das suas técnicas de estudo, definiu os eventos aleatórios  $A =$  “o aluno faz simulados” e

$B =$  “o aluno melhora o seu desempenho” e representou suas probabilidades, respectivamente, por  $P(A)$  e  $P(B)$ . Os eventos complementares de  $A$  e  $B$  são representados, respectivamente, por  $\bar{A}$  e  $\bar{B}$ .

Considerando que  $P(A) = 0,40$  e que as probabilidades condicionais  $P(B|A)$  e  $P(B|\bar{A})$  valem, respectivamente, 0,10 e 0,30, julgue os itens subsequentes.

57. Os eventos  $A$  e  $B$  são independentes.

58.  $0,10 < P(A|B) < 0,20$ .

59.  $0,03 < P(A \cap B) < 0,05$ .

### RACIOCÍNIO LÓGICO

Uma pesquisa foi realizada com 70 assinantes do Estratégia sobre suas matérias preferidas na área de exatas (estatística, matemática ou raciocínio lógico). Os dados coletados na pesquisa indicam que:

- 11 alunos gostam de estatística, matemática e raciocínio lógico;
- 23 alunos gostam de estatística e raciocínio lógico;
- 19 alunos gostam de matemática e raciocínio lógico;
- 27 alunos gostam de estatística e matemática;
- 44 alunos gostam de estatística;
- 40 alunos gostam de matemática;
- 34 alunos gostam de raciocínio lógico.

Considerando os 70 alunos pesquisados, julgue os itens a seguir.

60. Mais de 10 alunos gostam de apenas uma das matérias mencionadas na pesquisa.

61. Mais de 30 alunos não gostam de matemática.

62. Mais de 35 alunos gostam de apenas duas das matérias mencionadas na pesquisa.

63. Se um aluno é escolhido aleatoriamente dentre os alunos que gostam de mais de uma matéria, então a probabilidade de ele gostar de apenas duas matérias é superior a 75%.

Acerca da lógica sentencial, julgue os itens subsequentes.

64. Se A, B, C e D forem proposições simples, então as proposições  $(A \vee B) \rightarrow (C \wedge D)$  e  $(\sim A \wedge \sim B) \vee (C \wedge D)$  são equivalentes.

65. A negação da proposição “Se todo gato é preto, então não gosto de goiaba” é logicamente equivalente a “Se gosto de goiaba, então algum gato não é preto”.

### CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

A respeito das funções, natureza das decisões, relação com o Poder Legislativo e atribuições dos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

66. A função corretiva do Tribunal de Contas é exercida, por exemplo, quando a Corte fixa prazo para o exato cumprimento da lei ou quando susta a execução de atos irregulares.

67. As decisões dos tribunais de contas são indiscutíveis na via judicial, constituindo coisa julgada em sentido material.

68. Os tribunais de contas podem examinar informações sobre financiamentos concedidos com recursos públicos, obrigando a autoridade pública a fornecer os dados pleiteados pelo órgão de controle, mesmo que a legislação não outorgue à Corte de Contas o poder para quebrar o sigilo bancário.

69. A emissão de parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo não gera força vinculante, motivo pelo qual a concessão do contraditório e ampla defesa aplica-se somente no âmbito do Poder Legislativo, por ocasião do julgamento das contas.

70. A concessão de aposentadoria, reforma ou pensão constitui ato administrativo complexo, dependendo da apreciação do Tribunal de Contas para o aperfeiçoamento do ato, situação que, em regra, exigirá a concessão do contraditório e ampla defesa e estará sujeita, desde a emissão da aposentadoria no órgão de origem, ao prazo decadencial definido na legislação de processo administrativo.

71. Compete a uma comissão mista de senadores e deputados, no âmbito federal, ou a uma comissão equivalente, nos demais casos, emitir um parecer sobre as contas prestadas anualmente pelos tribunais de contas.

Julgue os itens a seguir com base na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCDF.

72. O presidente do TCDF não vota, em regra, em todos os processos submetidos ao Plenário da Corte, mas terá poder de voto em algumas hipóteses, como na apreciação de inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público, na discussão de questões administrativas que não envolverem apreciação de ato da Presidência, ou ainda na emissão de voto de desempate, quando for o caso.

73. Situação hipotética: João foi nomeado ordenador de despesas de determinada unidade administrativa do Governo do Distrito Federal e, por isso, passou a ter o dever de prestar contas anuais ao TCDF. Ciente de suas obrigações, João realizou a prestação de contas do exercício de 2020 no ano subsequente, ou seja, no ano de 2021, dentro do prazo e das condições definidas na legislação. Assertiva: nesse caso, as contas de João serão julgadas pelo Tribunal até o término do exercício de 2022.

74. A audiência é uma decisão preliminar determinada pelo relator e utilizada para conceder prazo para que o responsável apresente alegações de defesa ou recolha a quantia devida, ou ainda, a seu critério, adote ambas as providências.

75. O TCDF não conhecerá de denúncia anônima, mas poderá valer-se das informações que contiverem na realização das auditorias e inspeções de sua competência.

76. O recurso de reconsideração é o instrumento cabível contra decisão definitiva em processo de contas, ao passo que o pedido de reexame é o instrumento de recurso contra decisão de mérito em processo de registro ou de fiscalização, sendo que esses dois instrumentos possuem efeito suspensivo, exigem a designação de novo relator e devem ser apresentados no prazo de trinta dias.

77. No plano de fiscalização do TCDF, devem constar as auditorias especiais e programadas, as inspeções, os acompanhamentos e os monitoramentos.



**AUDITORIA GOVERNAMENTAL****Texto 01**

As normas brasileiras de auditoria definem e descrevem elementos, objetivos e outros aspectos dos trabalhos de asseguarção. Julgue os itens a seguir

**78.** De acordo com as normas da INTOSAI, as auditorias do setor público que visam aferir o desempenho de programa de governo ou a conformidade dos atos de gestão são classificadas como trabalhos de asseguarção. Elas são classificadas em dois níveis: a) asseguarção limitada: é um nível de asseguarção alto, mas não absoluto, pelo fato de que as auditorias têm limitações que lhes são inerentes e, portanto, nunca poderão fornecer asseguarção absoluta (ISSAI 100, 31 e 33) e asseguarção razoável: é um nível mais baixo de asseguarção, pois os procedimentos de auditoria planejados e executados são propositadamente limitados em comparação com os que seriam necessários para fornecer asseguarção razoável. Não obstante, é esperado que seja significativo para os usuários (ISSAI 100, 33).

**79.** No trabalho de asseguarção razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que seja aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguarção limitada.

**80.** A impossibilidade de obter evidências apropriadas e suficientes para formar uma conclusão de asseguarção razoável é razão aceitável para alterar o trabalho de asseguarção razoável para um trabalho de asseguarção limitada.

**81.** Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual, existem os seguintes tipos de trabalho no setor público: auditorias de conformidade, auditorias operacionais e auditorias financeiras. Já a Intosai, classifica os trabalhos realizados pelos auditores em asseguarção e outros trabalhos.

**82.** Segundo o Manual de Auditoria do TCDF, as modalidades de fiscalização adotadas pelo TCDF são: levantamento, auditoria, inspeção, acompanhamento e monitoramento.

**83.** O acompanhamento é um instrumento de fiscalização dos tribunais de contas para examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

**84.** As conclusões do auditor responsável em relação à entidade auditada não fazem parte dos documentos de apoio, uma vez que devem constar no parecer final de auditoria, observados os aspectos de clareza e objetividade.

**85.** Nas auditorias do setor público, os auditores usam procedimentos para encontrar as evidências que suportarão às suas opiniões. Dentre eles, podemos destacar a conciliação, que consiste em verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada e a revisão analítica, que consiste em averiguar o comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes e quantidades absolutas, com vistas à identificação de situações ou tendências típicas.

**86.** O atributo de auditoria em que a evidência deve ser legítima, ou seja, baseada em informações precisas e confiáveis, denomina-se confiabilidade.

**87.** A auditoria em um ente público foi realizada com a aplicação de todas as normas e procedimentos adequados. Não foram obtidas as comprovações suficientes para que o auditor responsável fundamentasse a sua opinião de que os eventos, as transações e os atos de gestão examinados estavam em pouca conformidade com a legislação e com as normas específicas. Além disso, as demonstrações contábeis não representavam adequadamente nem a posição orçamentária, a contábil, a financeira nem a patrimonial do ente auditado. Nesse caso, o auditor deverá elaborar um relatório com opinião adversa.

**88.** Achado de auditoria é qualquer fato significativo, digno de relato pelo auditor, constituído de quatro atributos essenciais: situação encontrada (ou condição), critério, causa e efeito. Decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por evidências. Os efeitos identificam os resultados ou as consequências para a entidade, o erário ou para a sociedade, da discrepância entre a situação encontrada e o critério, indicando a gravidade ou os eventuais benefícios no caso de achados positivos. Subdividem-se em duas classes: os efeitos potenciais, ou seja, aqueles efetivamente verificados, e os efeitos reais (riscos), aqueles que podem ou não se concretizar. Efeito real ou efeito potencial podem ser usados para demonstrar a necessidade de ações corretivas em resposta a eventos já ocorridos ou a riscos relevantes.

**89.** Duas características da auditoria operacional são: objetos de auditoria e métodos de trabalho e relatório com aspectos de economicidade e eficiência na aquisição e aplicação dos recursos e uma menor flexibilidade na escolha de temas quando comparadas às auditorias de regularidade.

### **AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO**

**90.** Sobre o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal previsto na lei 10.180, julgue o item que se segue:

Sendo órgão central do processo orçamentário, cabe a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) estabelecer diretrizes setoriais para elaboração e alterações orçamentárias.

**91.** Em relação aos princípios orçamentários trazidos pela Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue:

O princípio da exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, entretanto, ressalva-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito. Já o princípio da anualidade preconiza que o exercício financeiro é o período ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA.

**92.** Em relação as técnicas orçamentárias aplicadas ao processo orçamentário, julgue o item que se segue:

O orçamento-programa, sendo uma evolução do orçamento funcional ou desempenho, tem como característica ter uma classificação funcional-programática sendo o elo do planejamento e orçamento. Além disso, por avaliar a eficácia, eficiência e efetividade das ações governamentais, o orçamento-programa tem por finalidade a busca pelos resultados e benefícios sociais.

**93.** Segundo a CF/88, o princípio da proibição do estorno veda a qualquer gestor público pode transpor, remanejar ou transferir recursos sem autorização do legislativo, entretanto, o princípio comporta exceção nos casos das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

**94.** Segundo a CF/88, integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício financeiro subsequente, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos, a exemplo das obras em andamento, que serão alocados na lei orçamentária anual.

**95.** A Lei Orçamentária Anual, a cada exercício financeiro, deverá prever as receitas anteriormente à fixação das despesas, entretanto, a LOA também poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento com intuito de melhor planejar a conclusão de obras já iniciadas.

**96.** Com relação aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue o item que se segue.

O orçamento de uma empresa controlada pela União, quando compatível com PPA, tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

**97.** No tocante ao ciclo orçamentário, julgue o item que se segue:

Entre as competências da comissão mista de orçamento, estão as de examinar e emitir parecer prévio sobre os projetos relativos ao PPA, LDO, LOA, créditos adicionais e contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República. Além disso, cabe à CMO exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

**98.** No tocante ao ciclo orçamentário, julgue o item que se segue:

A modificação de um projeto de LOA poderá ser feita por mensagem presidencial ou por emenda parlamentar. No primeiro caso, o prazo final para o presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo modificação em projeto relativo ao PLOA se encerra com o início da votação, na comissão mista, da parte para a qual se propõe alteração. No segundo caso, para ser aprovada uma emenda, além de ser compatível com o PPA e a LDO, deverá indicar a fonte de recurso necessário ao cumprimento do respectivo objeto, admitindo-se recursos provenientes de excesso de arrecadação.

**99.** No tocante ao ciclo orçamentário e as emendas impositivas, julgue o item que se segue:

As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. Em relação a execução das emendas impositivas, o percentual obrigatório para o poder executivo é de 1,2% e 1% da RCL do exercício anterior para as emendas individuais e de bancada parlamentar, respectivamente.

**100.** No tocante ao ciclo orçamentário e as emendas impositivas, julgue o item que se segue:

As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial, em que serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e não necessita da realização de convênio.

**101.** No tocante aos créditos adicionais, julgue o item que se segue:

Como exceção ao princípio da periodicidade, os créditos extraordinários e especiais não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, casos em que, reabertos nos limites dos seus saldos, e poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente. Em relação aos créditos especiais, é necessário indicar as fontes de recursos que, segundo a lei 4.320/64, poderá ser resultante do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

### CONTABILIDADE GERAL

De acordo com a Estrutura Conceitual em vigor (CPC 00 – R2), julgue os itens a seguir

**102.** Considerando que a representação neutra não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras, e também não possui inclinações ou parcialidade, tal característica é incompatível com o exercício de prudência.

**103.** O conceito de entidade que reporta a informação contábil prescinde de personalidade jurídica.

A Cia Bahia S/A adquiriu um forno industrial da China no dia 01/01/x0. O equipamento chegou ao porto de Salvador no dia 01/03/x0, onde ficou até o dia 01/04/X0, quando foi liberado pela Receita Federal. No dia 01/05/x0, foi instalado e começou a ser utilizado pela empresa.

Em relação aos mecanismos contábeis para avaliação de ativos, passivos, impostos e custos, julgue o item que se segue.

**104.** A depreciação do forno industrial deve ser contabilizada a partir do momento em que ele chegou ao porto de Salvador, isto é, no dia 01/03/x0, visto que já estava sob o controle da Cia Bahia SA.

Julgue o item subsequente, relativo à contabilização de operações contábeis diversas.

**105.** A Cia Coruja Braba S/A efetuou uma operação de desconto de duplicatas junto ao Banco Centauro, pois precisava de caixa para quitar obrigações com fornecedores. O desconto de uma duplicata em banco, além de gerar débito em caixa ou equivalentes de caixa e crédito em duplicatas descontadas, gera, também, débito na conta de Encargos Financeiros a Transcorrer.

A investidora Asa Sul S/A tem 40% de participação no capital da investida Sobradinho S/A e influência significativa. No exercício de 20x0, a investida obteve um lucro de R\$ 200.000 e distribuiu juros sobre capital próprio no valor de R\$ 100.000. Com base nessas informações, julguem os itens a seguir.

**106.** A Cia Asa Sul S/A irá avaliar a participação societária na Cia Sobradinho pelo método da equivalência patrimonial, que possui como característica reconhecer o lucro na investida quando há atos formais de distribuição de lucros.

**107.** A Cia Asa Sul S/A reconheceu na Demonstração do Resultado do Exercício um ganho com equivalência patrimonial superior a R\$ 40.000.

**108.** A conta de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, representa a contrapartida de aumentos ou diminuições do valor de elementos patrimoniais avaliados a valor justo. Quando ocorrer a realização dos elementos patrimoniais, pela baixa ou pela venda, esse saldo será apropriado ao resultado do exercício ou será lançado com outros resultados abrangentes.

Seguem as informações sobre o estoque do produto Y da empresa Kamikaze S/A, extraídas de relatórios da controladoria.

Quantidade	Valor Unitário	Total
100.000	R\$2,50	R\$250.000,00

**109.** Considere que o valor de venda para todo o estoque do produto Y seja de R\$ 2,25/un e as despesas incorridas para que essa venda seja concretizada, em valores unitários, seja de R\$ 0,10. Assim sendo, devemos reconhecer uma despesa com ajuste a valor realizável de estoques com valor superior a R\$ 32.000.

Observe a Demonstração do Resultado do Exercício da Cia Águas Claras S/A para o exercício de 20x0.

Receitas	R\$ 6.000,00	
Varição do estoque de produtos acabados e em elaboração	R\$ 900,00	
Consumo de matérias-primas e materiais	R\$ 1.200,00	
Despesa com benefícios a empregados	R\$ 50,00	
Depreciações e amortizações	R\$ 200,00	
Outras despesas	R\$ 140,00	
Total da despesa		R\$ 2.490,00
Resultado antes dos tributos		R\$ 3.510,00

**110.** Na demonstração de resultado do período, Varição do estoque de produtos acabados e em elaboração, Consumo de matérias-primas e materiais e Depreciações e Amortizações constituem despesas denominadas em conformidade com sua natureza.

A indústria Asa Sul S/A adquiriu, por R\$800.000,00, a patente para a fabricação de um determinado medicamento.

Embora a patente garanta a fabricação exclusiva do medicamento por 20 anos, a Indústria Asa Sul S/A definiu que, após 10 anos, descontinuará a fabricação e irá vender a patente a terceiros, inclusive com compromisso já firmado nesse sentido, pela quantia R\$240.000,00, trazidos a valor presente.

Não foram observados indicativos de perda com redução ao valor recuperável.

**111.** Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a CPC 04, a quota anual de amortização da patente, calculada pelo Método Linear, é superior a R\$ 30.000,00.

Com referência à elaboração de demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes à luz da legislação societária, dos princípios fundamentais da contabilidade e dos pronunciamentos contábeis do CPC.

**112.** A conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais, como por exemplo, ações entidade, tem de ser representada, na demonstração dos fluxos de caixa, como um fluxo de caixa relacionado com as atividades de financiamento.

**113.** Na demonstração do valor adicionado, que apresenta informações relacionadas à criação e à distribuição de riqueza por parte de uma entidade, as receitas oriundas de ganhos com equivalência patrimonial devem ser classificadas como valores adicionados gerados pela entidade.

**114.** Caso uma companhia Sudoeste S/A realize uma constituição de reservas para contingências no valor de R\$ 100.000, isso fará que a demonstração das mutações do patrimônio líquido dessa companhia evidencie um aumento de R\$ 100.000 no saldo de conta de reservas e uma redução, no mesmo valor, na conta de capital social.

### ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**115.** Para uma empresa industrial, a redução do prazo médio de cobrança afeta o ciclo financeiro, mas não afeta o ciclo operacional, e impacta positivamente o giro dos negócios.

**116.** Uma empresa que, ao investir R\$ 4 milhões em determinado empreendimento, obtenha receitas de R\$ 10 milhões e um lucro antes do imposto de renda e da contribuição sobre o lucro líquido de R\$ 500.000 obterá um giro do ativo inferior a 4 e um retorno sobre seu investimento superior a 3 vezes a sua lucratividade em vendas.

**117.** O contador da Churrascaria Carne no Ponto Ltda, Sr. Julinho, alertou aos diretores que há desequilíbrio financeiro na empresa, com indícios de que o passivo circulante esteja financiando parte dos investimentos permanentes. Indagado sobre como chegou a essa conclusão, o Sr. Julinho respondeu que o indicador grau de imobilização dos capitais permanentes é superior a 1.

**118.** É recomendável considerar o valor do ativo total no final do período contábil como referência para o cálculo da taxa de retorno sobre investimentos.

**119.** A alavancagem financeira positiva ocorre quando o retorno sobre o ativo operacional é maior que o custo do capital de terceiros, o que gera ganhos adicionais ao acionista.

**120.** Se, em uma empresa, a relação entre imobilizações e capitais próprios for igual a 1,30, e se não houver capitais de terceiros, de longo prazo, investidos no negócio da empresa, então a liquidez geral da empresa será inferior à unidade e seu capital circulante líquido será negativo.



**CONTABILIDADE PÚBLICA**

Acerca das disposições previstas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir:

**121.** Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta.

**122.** O preço presumido é uma base de mensuração de passivo a valor de saída, observável no mercado e específica para a entidade.

**123.** Os conceitos de passivos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos na Lei n. 4.320/1964. A conceituação presente em normas contábeis é distinta da apresentada na referida lei.

Segundo o art. 58 da Lei n. 4.320/1964, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Acerca desse dispositivo legal e as orientações previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item a seguir:

**124.** O termo “obrigação” previsto no dispositivo supracitado refere-se a uma obrigação patrimonial, cujo fato gerador já tenha ocorrido.

Segundo o art. 63 da Lei n. 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Acerca desse dispositivo legal e as orientações previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item a seguir:

**125.** Quando ocorre uma lacuna temporal significativa entre a entrega do bem, serviço ou fonte de origem daquele crédito e a efetiva liquidação do crédito orçamentário, é necessário o registro da etapa entre o empenho e a liquidação chamada “em liquidação”, etapa essa que evidencia a ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva (VPD), com o surgimento de um passivo exigível, e a não ocorrência da liquidação da despesa orçamentária.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens a seguir:

**126.** Os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP. Nesse sentido, caso uma conta esteja detalhada no PCASP até o 6º nível (item), o ente poderá detalhá-la apenas a partir do 7º nível (subitem), sendo vedada a alteração dos 6 primeiros níveis.

**127.** No lançamento contábil referente à previsão da receita orçamentária é utilizada uma conta da classe 5 a débito e uma conta da classe 6 a crédito. Quando a receita for realizada, o débito e o crédito envolverão duas contas da classe 6 para registrar o lançamento contábil.

Acerca das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) referentes às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue os itens a seguir:

**128.** As demonstrações contábeis devem ser apresentadas em separado, não podendo ser incluídas em documento público, tal como o relatório anual.

**129.** O Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada nos casos em que ocorrer a reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários.

**130.** No âmbito do balanço financeiro, os ingressos e dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Dispêndios e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Ingressos.

**131.** Os ativos circulantes incluem ativos que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis, tais como impostos a receber, multas e tarifas regulatórias a receber e estoques.

**132.** A fim de atender à Lei n. 4.320/64, o balanço patrimonial possui, entre outros, o “Quadro das Contas de Compensação”, o qual é elaborado utilizando-se a classe 7 (controles devedores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

**ECONOMIA**

- 133.** A microeconomia, parte da teoria econômica, estuda a formação dos preços em mercado específicos, analisando o comportamento das empresas e das famílias.
- 134.** Suponha que um indivíduo estivesse escolhendo a opção A em vez de B. Após aumentar o benefício da escolha B, o indivíduo muda sua opção. Nesse caso, o custo de oportunidade do indivíduo aumentou.
- 135.** Considere as seguintes equações de oferta e demanda:  
demanda:  $Q = 400 - 50P$ ;  
oferta:  $Q = 100 + 100P$ .  
Nesse caso, o preço e a quantidade de equilíbrio são respectivamente iguais a 2 e 300.
- 136.** Dois bens são complementares apenas se a elasticidade-preço cruzada da demanda entre eles for constante.
- 137.** Assuma que uma pessoa consome os bens A e B. Quando a pessoa tem uma queda de 10% de sua renda, o consumo do bem A diminui em 20% e, o do bem B, aumenta em 10%.  
Considerando o conceito de elasticidade, os bens A e B são, respectivamente inferior e superior.
- 138.** As curvas de indiferença que representem níveis distintos de preferência não podem se cruzar.
- 139.** Considerando a função utilidade  $U = 2x^{0,4}y^{0,6}$ , com  $p_x = 1$  e  $p_y = 4$ , em que  $p_i$  é o preço do bem  $i$  e a renda do consumidor é igual a 100 unidades monetárias, julgue o seguinte item.  
O consumidor escolhe de forma ótima 40 unidades do bem  $x$ .
- 140.** A função produção de uma firma é descrita por  $Y = K^{1/2}L^{1/2}$ , em que  $Y$  é produto,  $L$  é a quantidade de trabalho e  $K$  é o estoque de capital. Sabendo que, nessa firma, o salário é  $w = 4$  e a remuneração do capital é  $r = 1$ , julgue o item seguinte.  
Se  $K = 2$ , então o custo total médio de longo prazo será igual a 4.

**MATEMÁTICA FINANCEIRA**

- 141.** Silvio Sandy aplicou R\$ 20.000 em uma instituição financeira pelo prazo de 3 meses consecutivos. A taxa de juros compostos dessa aplicação foi de 5% ao mês durante os dois primeiros meses e de 10% ao mês no terceiro mês. Nessa situação, Silvio Sandy, ao final do terceiro mês, recebeu de juros menos de R\$ 4.200,00.
- 142.** No caso de dois projetos com o mesmo investimento inicial e o mesmo prazo, sob uma mesma taxa de desconto, o menor VPL será daquele que tiver maiores recebimentos a cada período.
- 143.** Considerando que um título de valor nominal de R\$ 2.500,00 será resgatado 6 meses antes do seu vencimento e, na operação, será usado o desconto comercial simples, julgue o item subsequente.  
  
Se, na operação em questão, forem estabelecidas taxa de desconto comercial simples de 3% ao mês e a cobrança de uma taxa de 3% incidente sobre o valor nominal, então o valor líquido liberado será inferior a R\$ 2.000,00.
- 144.** Tonyvan tomou um empréstimo, no regime de juros compostos, à taxa de 30% ao semestre com capitalização mensal. Nessa situação, considerando 1,34 como valor aproximado para  $1,05^6$ , é correto afirmar que a taxa efetiva anual desse empréstimo é superior a 75%.
- O professor Da Rocha decidiu fazer uma série de cirurgias plásticas para tentar ficar bonito (ou menos feio). Considerando que ele tenha tomado um empréstimo de R\$ 30.000,00 para custear as cirurgias, julgue o item a seguir.
- 145.** Se o empréstimo tiver sido feito em quatro parcelas, mensais e consecutivas, à taxa de 5% ao mês pelo sistema de amortização constante (SAC), a última parcela será inferior a R\$ 8.000,00.

**FINANÇAS CORPORATIVAS**

Considerando que o risco sistemático de uma ação seja igual a 2, que a taxa livre de risco da economia seja de 5% ao ano e que a expectativa dos investidores em relação ao retorno de uma carteira de mercado seja de 11%, julgue os itens seguintes, relativos ao modelo CAPM.

**146.** Se o retorno da ação for igual a 16%, o alfa de Jensen da ação será maior do que zero.

**147.** A remuneração mínima exigida pelos investidores da ação, segundo o modelo CAPM, está entre 5% e 11% a.a.

**148.** Para empresas cujo risco sistemático esteja entre ZERO e o risco de mercado, pode-se afirmar que a remuneração mínima exigida pelos investidores da ação, segundo o modelo CAPM, estará entre o retorno da carteira livre de risco e o retorno do mercado.

**149.** Considere que, para determinado ativo livre de risco com retorno de 5% ao ano, haja um ativo A, com retorno esperado de 12,5% ao ano e coeficiente beta igual a 1,5, e um ativo B, com retorno esperado de 15% ao ano e coeficiente beta igual a 2,0. Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar que não é possível escolher entre ambos e que os dois estarão depreciados em relação à linha do mercado de títulos.

**150.** Considere os seguintes dados extraídos da contabilidade de uma companhia no final do exercício de 2020:

- % de ações ordinárias na estrutura de capital da empresa (a preços de mercado): 20%. Custo do capital ordinário. 20%.
- % de ações preferenciais na estrutura de capital da empresa (a preços de mercado): 30%. Custo do capital preferencial. 15%
- % de capital de terceiros na estrutura de capital da empresa (a preços de mercado): 50%. Custo do capital de terceiros. 10%
- Alíquota de IR. 40%

Considerando exclusivamente as informações acima, o Weighted Average Cost of Capital (WACC) também conhecido como Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) da companhia, em percentual, é menor que 12%.

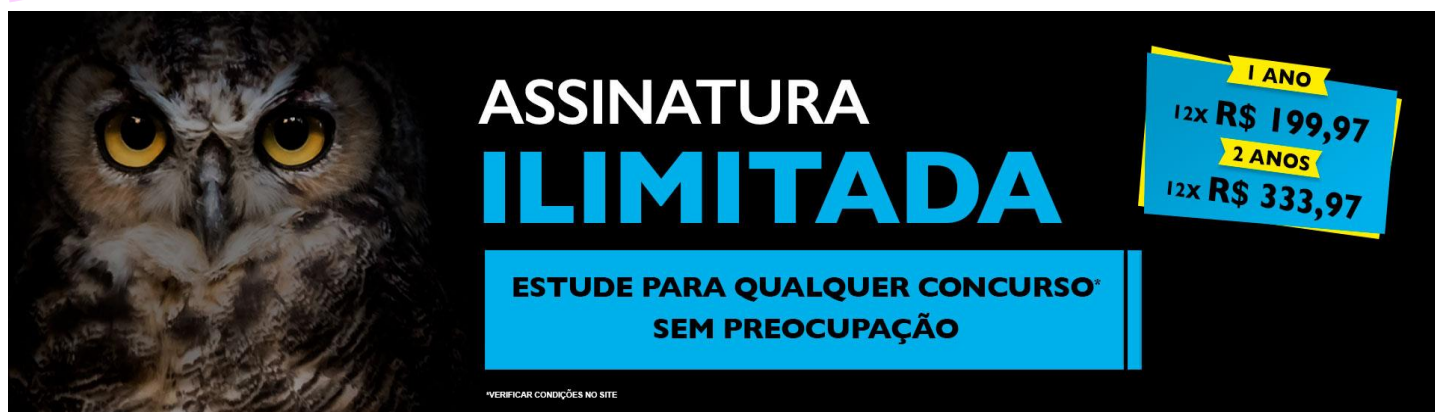
## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TC-DF-29-02-20>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

Concursos



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE